

Orçamento de 87 ignora inflação e o descongelamento de preços

Brasília — O governo decidiu ignorar a inflação prevista para 1986 (algo próximo de 12%) e vai desprezar também o descongelamento de preço a ser praticado pelas autoridades econômicas ao longo de 1987, na proposta orçamentária da União do próximo ano a ser encaminhada ao Congresso no dia 31 de agosto. A confidência de um funcionário do Palácio do Planalto é de que o orçamento fiscal de 1987 vai insistir com a hipótese mais otimista de uma inflação perto de zero e um crescimento econômico acelerado.

Durante todo o dia de ontem o ministro do Planejamento, João Sayad, esteve reunido com o secretário de Orçamento e Finanças (SOF), Teófilo de Oliveira, acertando os pontos mais delicados do orçamento de 87: o montante dos gastos com pessoal e encargos sociais; o total dos subsídios a serem concedidos ao álcool, trigo e ao setor agrícola; e o nível de endividamento interno do governo.

Mesmo com a decisão já tomada de prever uma taxa zero de inflação para 1987, apesar de todas as evidências em contrário, ainda persistem divergências dentro da área econômica, quanto ao acerto da medida. Para a credibilidade do

governo Sarney, ponderou um técnico do Banco Central, trabalhar com uma inflação zero no próximo ano pode se converter numa "bomba" de efeito retardado.

A Seplan, contudo, pouco preocupada com isto, trabalha com hipótese otimista e está imaginando para 1987 a concretização de três situações altamente favoráveis ao Brasil. A mais importante delas diz respeito à capacidade dos ministros da Fazenda e do Planejamento de acertar um acordo com os banqueiros internacionais, capaz de reduzir as transferências de divisas ao exterior. O que está na mesa já foi divulgado e diz respeito ao poder de barganha do governo de fixar em apenas 2% ou 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) as transferências ao exterior em consequência do pagamento dos juros da dívida externa.

Outra hipótese contempla a manutenção do crescimento acelerado da indústria de transformação, com taxas anuais de ordem de 8% a 10%, além de uma recuperação do produto agrícola, que este ano será negativo em face da seca verificada ao longo de 1985. As cotações do petróleo no mercado internacional, esta a terceira alternativa favorável, continuarão baixas, não se prevendo

aumentos no preço do barril de petróleo pelo cartel dos países membros da OPEP.

No orçamento original da União para 1986, revisto depois em razão do Plano Cruzado, o déficit estava calculado em quase Cz\$ 211 bilhões. Este déficit é decorrente basicamente dos subsídios ao álcool, à agricultura e ao trigo. O grande dilema do governo está em saber o que fazer com os preços do trigo. Se iniciar um processo de redução dos subsídios, conforme proposta já discutida no início de 1986, certamente as taxas de inflação serão afetadas. Manter o nível atual dos subsídios significa exigir mais dos contribuintes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, via elevação da carga tributária.

Conforme explicou ontem um colaborador do ministro Sayad, trata-se de uma opção política do governo. Manter os subsídios ao trigo, ou reduzi-los de maneira significativa, consta dessa opção. É certo que os dispêndios globais da União em 1987 ficarão próximos a Cz\$ 500 bilhões, embora o número final somente deva ser fechado no decorrer da próxima semana, quando ficar decidido qual o nível dos subsídios suportável numa economia "engessada", como a brasileira.